

NOVOS ESPAÇOS DO FEMININO: TRABALHO, GÊNERO E CORPORAÇÕES MILITARES NO BRASIL

NEW FEMALE SPACES: WORK, GENDER AND ARMY IN BRAZIL

MARCOS SANTANA DE SOUZA¹

Recebido em: 26/03/2011

Aprovado em: 21/09/2011

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o ingresso e a crescente participação feminina em corporações militares no Brasil nas últimas décadas. Para isso, realiza um trabalho de revisão de parte dos estudos desenvolvidos sobre o tema, com o propósito de apresentar os principais aspectos da inserção de mulheres nesses espaços, evidenciando os avanços e impasses atuais dessa inclusão. O texto objetiva, assim, refletir sobre os processos sociais que historicamente têm caracterizado a presença feminina em corporações militares no país e, ao mesmo tempo, discutir a respeito das configurações específicas que assumem esses “novos” espaços de trabalho tanto para o público feminino quanto para as relações de gênero desenvolvidas no interior dessas instituições. Ao final, o artigo apresenta algumas questões que podem colaborar para o aprofundamento das discussões nesse campo, que concentra ricas possibilidades de investigação.

Palavras-chaves: Gênero; Mulheres; Trabalho; Corporações militares.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the entry and the increasing female participation in military corporations in Brazil in the last decades. To do so, it starts by revising part of the studies done on the subject intending to present the main aspects of the inclusion of women in these spaces, highlighting its progress and challenges. Therefore, the present study aims to reflect on the social processes that have historically characterized the female presence in military corporations in Brazil. At the same time, the study discusses the specific configurations taken by those “new” work spaces for women as well as for the gender relationships developed inside those institutions. Finally, this paper highlights some issues that may contribute to the discussion in this field with rich research possibilities.

Keywords: Gender; Women; Work; Military corporations.

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Assistente da Universidade Federal de Sergipe e doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: mss-santana@hotmail.com

1 Introdução

A integração de mulheres nos quadros das corporações militares no Brasil iniciou de forma tímida entre os anos 1970 e início dos 1990.² Considerados até então uma seara exclusivamente masculina, esses espaços passaram a concentrar um número cada vez maior de mulheres em suas estruturas e ações. Ao longo dos últimos decênios, o público feminino afastou-se da posição “marginal” ocupada inicialmente e, de forma paulatina, tem caminhado para a presença destacada nas estruturas dessas instituições, diversificando, inclusive, sua presença nesses espaços de trabalho (MUSUMECI; SOARES, 2004).

Restritas, em sua maioria, nas primeiras experiências de inserção feminina em corporações militares no Brasil ao desempenho de funções ligadas ao que supostamente se enquadraria nas “especificidades” da “natureza feminina”, as mulheres vêm conseguindo ampliar suas formas de atuação para além das atividades administrativas internas. Atualmente é possível afirmar que elas constituem personagens menos incomuns no cotidiano dessas corporações, apesar do distanciamento das posições efetivas de comando e da presença reduzida ou eventual nas atividades externas de execução, como sugerem os dados da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC)³ sobre polícia e gênero (MUSUMECI; SOARES, 2004).

Semelhante a outras profissões tradicionalmente dominadas por homens, as carreiras militares e policiais militares no Brasil só há pouco tempo permitiram o in-

gresso feminino como resultado de experiências internacionais de modernização de suas estruturas e de mudanças importantes no cenário social, político e econômico brasileiro (D'ARAUJO, 2004).

De modo geral, a inserção feminina pode ser vista como um fenômeno que mantém relação com importantes transformações sociais, políticas e econômicas no país nas últimas décadas e que guarda particular relação com a ascensão dos movimentos sociais relacionados às demandas das mulheres por maior acesso às esferas de decisão política e formulação de políticas públicas de proteção, assim como o trabalho pela ampliação da participação feminina no mercado de trabalho e a conquista da ampliação de direitos básicos, como creches, licença maternidade e outros benefícios⁴ (PINTO, 2003).

No Brasil, como assinala D'Araujo (2004), parte substancial das mudanças para as mulheres aconteceu a partir da década de 1980, quando foram implantadas as primeiras delegacias de atendimento às mulheres vítimas de violência, as escolas militares passaram a permitir seu ingresso e se ampliou a participação feminina na política, com o aumento da sua representação no Congresso Nacional.

As mudanças mais acentuadas no mundo do trabalho (que contribuíram para o crescente ingresso de mão de obra feminina em vários setores e com maior evidência no terciário e em espaços de menor remuneração na indústria) vieram acompanhadas de movimentos amplos de transformação do país tanto nos seus aspectos demográficos, quanto culturais, políticos e eco-

² No Brasil, o Estado de São Paulo foi o primeiro a permitir o ingresso de mulheres em funções policiais no ano de 1955. Inicialmente integradas à Guarda Civil, elas foram, com a criação da Polícia Militar de São Paulo em 1970, incorporadas em seus quadros. No caso das Forças Armadas do Brasil, a Marinha foi a pioneira no ingresso de mulheres, no ano de 1980.

³ Vinculado à Universidade Cândido Mendes, o centro foi criado em abril de 2000 e se dedica à realização e promoção de pesquisas aplicadas, fóruns, seminários, atividades de treinamento e difusão de conhecimentos relacionados às áreas de segurança, cidadania, justiça, sistema penitenciário e prevenção de violência.

⁴ Para Pinto (2003), três aspectos, de caráter complementar, caracterizam a relação do feminismo com o campo político no Brasil a partir da abertura política em 1979, ou seja, a definição de espaços institucionais, a exemplo de conselhos e delegacias de proteção à mulher; a presença de mulheres em cargos eletivos; e o incentivo a estratégias alternativas de participação política. Segundo a autora, é partir de dessas três perspectivas que a relação entre feminismo e o campo político brasileiro no período deve ser analisada.

nômicos, visto que, com o retorno ao modelo democrático e o processo de reestruturação produtiva, se tornou possível a maior presença das mulheres nos espaços públicos de decisão e de forma específica no mercado de trabalho. Segundo Bruschini e Lombardi (2008), o aumento da participação feminina no mercado de trabalho está relacionado tanto às transformações demográficas quanto às mudanças importantes nos padrões culturais que fizeram emergir novas representações acerca do papel social da mulher na sociedade brasileira e de sua identidade,⁵ que passou, de forma crescente, a ser associada ao trabalho remunerado. Além disso, a expansão da escolaridade e o maior acesso das mulheres às universidades ampliaram de forma significativa as oportunidades de ingresso feminino em novos espaços no mercado de trabalho, destacadamente aqueles dominados pelos homens.

Nesse sentido, o presente artigo busca analisar os processos sociais que levaram ao ingresso e ao aumento da participação feminina nas corporações militares brasileiras, de modo a discutir a respeito dos aspectos principais que caracterizam essa inserção atualmente. O artigo tem como propósito, portanto, refletir, a partir de um trabalho de revisão bibliográfica, sobre os processos sociais que possibilitaram constituir as

corporações militares no Brasil como “novos” espaços de trabalho para as mulheres, discutindo, assim, sobre os reflexos da sua incorporação nas relações de gênero desenvolvidas no interior dessas instituições e para o seu lugar no imaginário social. Além disso, com base na experiência de pesquisa que desenvolvo atualmente, aponto algumas perspectivas que podem orientar futuros trabalhos sobre o tema.⁶

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, a despeito da permanência de desigualdades históricas verificadas entre homens e mulheres, a exemplo de menores salários e restritas oportunidades de ascensão profissional reservados ao público feminino, tem crescido e se diversificado de forma acentuada nas últimas décadas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2008). Desse modo, o ingresso e ampliação do contingente de mulheres em corporações militares podem ser considerados aspectos emblemáticos dos avanços sociais alcançados pelo público feminino na esfera pública e, particularmente, no mundo do trabalho, ainda que a sua assimilação física e, sobretudo, simbólica seja um aspecto controverso em grande parte dessas organizações, como veremos adiante.

⁵ As mudanças sociais e culturais na sociedade brasileira nesse período impulsionaram a mulher a ocupar uma posição mais ativa nos espaços públicos, incorporando elementos importantes à identidade feminina que se tornou aos poucos um elemento menos estranho em diversas profissões. A partir dos anos 1970, verifica-se que coincidem no Brasil os processos de valorização da identidade feminina, de denúncia da estrutura patriarcal e autoritária dos valores e instituições e o movimento sócio-político em torno do fim da ditadura e retorno à democracia (NEVES, 2000). A população, frente a um contexto que possibilitava mais informações, vindas em grande parte da programação das redes de rádio e televisão, dos jornais e do cinema - principais formas de entretenimento e informação, principalmente para os setores médios e baixos urbanos -, deparou-se com novos arranjos familiares e os dramas de personagens que sinalizavam para alterações expressivas nas representações sobre o que era ser “mulher”. Como assinalou Hamburger (1998) sobre o papel das novelas nas mudanças culturais no país, as produções da década de 1970 ressaltavam parte dessas transformações na maneira como as mulheres eram retratadas. Nesse período, ainda que a maioria das produções apresentassem as mulheres a partir de um padrão marcado pela dependência, fidelidade e obediência, além de restrito ao universo do lar, as novelas aos poucos apresentavam um novo modelo de mulher profissional, independente e inserida nos espaços públicos, expressando assim as mudanças e expectativas sociais do período.

⁶ A pesquisa, que está na fase de trabalho de campo, pretende analisar as representações sociais de homens e mulheres policiais da PM de São Paulo a respeito do ingresso e atuação feminina na corporação militar paulista, que possui a primeira experiência histórica de inserção de mulheres em funções policiais no país. A pesquisa tem como propósito principal compreender os processos sociais que conferem sentido ao trabalho de mulheres policiais, a lógica histórica de inserção do efetivo feminino na PM de São Paulo nos seus aspectos institucionais e individuais, identificando assim as razões apresentadas para o ingresso na instituição e o(s) lugar(es) simbólicos por elas ocupado(s). Tenho, neste sentido, como questão central de pesquisa, saber quais são e de que modo operam os processos sociais que atribuem sentido à presença feminina na Polícia Militar de São Paulo.

2 Mulheres e mercado de trabalho no Brasil: novas configurações

A participação feminina no mercado de trabalho brasileiro aumentou de forma expressiva, desde a segunda metade do século XX, como resultado de importantes transformações⁷ sociais e econômicas ocorridas no mundo pós-guerra. Fato comum aos países capitalistas, o aumento da participação de mulheres se manteve mesmo diante de crises econômicas e de mudanças acentuadas na estrutura produtiva e na esfera do trabalho. Segundo Araújo e Ferreira (2000, p. 310), no Brasil, “a presença feminina na população ocupada praticamente dobrou entre 1970 e 1990”.

Dentre as principais mudanças operadas no contexto brasileiro, destacam-se a ampliação do número de mulheres no mercado de trabalho e o seu ingresso em profissões tradicionalmente masculinas e de maior prestígio social. Processo que sucede as estratégias femininas desenvolvidas com maior ênfase desde o século XIX por uma crescente participação na cena pública e maior influência nos destinos da própria sociedade, como revela o brilhante estudo de Lima (1997) sobre a prática social de tomar chá no Rio de Janeiro oitocentista.⁸

A ampliação da inserção feminina no mercado de trabalho e o acesso a cargos de maior importância e rendimento têm convivido com a permanência de elevado índice de desemprego ou de condições precárias e informais de trabalho, de modo que, de acordo com Bruschini e Lombardi (2008), a inserção das mulheres brasileiras se mostra marcada por avanços e retrocessos. Citando dados do IBGE sobre a população economicamente ativa (PEA), as pesquisadoras afirmam que a atividade feminina no país cresceu de 1992 a 2002, passando de 47% para 50,3%, enquanto a participação feminina no conjunto dos trabalhadores aumentou de 39,6% no início dos anos 1990 para 42,5% no ano de 2002, apresentando, assim, uma nova identidade feminina centrada tanto na família quanto no trabalho. Por outro lado, a presença mais acentuada das mulheres no mercado de trabalho não foi acompanhada de mudanças amplas na divisão das atividades domésticas, que continuaram responsável quase que exclusivas das mulheres.

De forma bastante comum, elas passaram com o ingresso no mercado de trabalho a se dividir entre as obrigações profissionais e de cuidado da família, enquanto os homens, nas últimas décadas, aumentaram

⁷ Segundo Harvey (1993, p. 146), “a transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados”. Harvey (1993) assinala também que o fordismo, sistema de reprodução da força de trabalho criado no ano de 1914 por Henry Ford e voltado à produção em massa, aliou-se ao keynesianismo nos anos seguintes, produzindo impactantes transformações no mundo capitalista no período pós-guerra, período no qual ele conseguiu se expandir na Europa e Japão. Entretanto, em meados da década de 1960, o fordismo começou a apresentar, juntamente com o keynesianismo, sinais de esgotamento gerados pelas contradições do próprio capitalismo, que nas décadas de 1970 e 1980 passa por profundas transformações que impulsionariam um processo acirrado de reestruturação econômica e de adequação social e política. A consequência mais direta dessas mudanças foi a passagem de um modelo fordista para um contexto marcado pela proeminência dos processos de acumulação flexível, relacionados ao aumento do desemprego, diminuição dos rendimentos e direitos dos trabalhadores e retrocesso do seu poder sindical. No que se refere à situação geral das mulheres trabalhadoras diante dessas novas estruturas do mercado de trabalho se tornou mais difícil, na medida em que as trabalhadoras se tornaram mais vulneráveis a situações de exploração através de atividades de tempo parcial e a substituição de homens com maiores salários, com vínculos empregatícios mais fortes por mulheres com menores salários e que passaram a trabalhar em regimes de subcontratação que permitiram o retorno de práticas e trabalhos do tipo patriarcal e feitos em suas próprias casas.

⁸ O estudo, que se debruça sobre a materialidade encontrada a partir de pesquisas arqueológicas no Estado do Rio de Janeiro, analisa como a prática de tomar chá, uma estratégia feminina na Inglaterra utilizada para afirmação de poder e exercer influência no âmbito da sociedade burguesa foi apropriada e ressignificada no Brasil, onde o costume ganhou os contornos de uma sociedade de capitalismo nascente e forte estrutura patriarcal. Conforme destacou Lima (1997, p. 111), “usando a cerimônia do chá como trampolim para a conquista definitiva da totalidade do espaço doméstico e reinando agora soberana nos salões, a mulher, no Rio de Janeiro, não tardaria a se lançar na arena pública, tendo como seu cúmplice maior o próprio sistema capitalista, que dela dependia visceralmente para a expansão dos seus mercados. Supostamente ‘divagando sobre coisas fúteis’, na verdade ela conseguiu construir um poderoso campo de ação e de possibilidades, plataforma para os novos papéis, então em gestação, que viria a assumir ao longo do século XX”.

timidamente sua participação nas tarefas domésticas, em geral guiada por um senso seletivo que tende a optar preferencialmente pelas atividades interativas de cuidado dos filhos, de acompanhamento escolar e que valorizam o contato entre o mundo privado e público. Fato que colabora para a permanência de um padrão de divisão sexual e social⁹ do trabalho, em que os homens atuam quase que de forma exclusiva em atividades produtivas enquanto as mulheres naquelas focadas na reprodução, fazendo, assim, das atividades domésticas¹⁰ um encargo predominantemente feminino e carregado de pouco valor social, pois, conforme salienta Melo (2009, p. 169), “por não estarem associados a uma geração equivalente de renda. São ignorados pela teoria econômica, que não os valora e não os contabiliza no Produto Interno Bruto (PIB) dos países”.

Quando pensada a inserção feminina no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade, motivada pela expansão da oferta de vagas nas universidades, é um dos fatores mais importantes nesse processo. O percentual de mulheres com ensino médio completo passou, por exemplo, de 23% para 37% no período de 1992 a 2002, enquanto elas se tornaram maioria entre os concluintes de nível superior.

Embora grande parte do total de mulheres com nível universitário se concentre em áreas tradicionalmente consideradas redutos profissionais femininos, como educação, saúde, humanidades e artes, elas têm ampliado sua presença para além dessas áreas,

ocupando áreas outrora dominadas pelos homens, como ciências sociais, direito, engenharia, medicina, arquitetura, dotadas de maior reconhecimento financeiro e social (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2008).

As mulheres encontraram no serviço público e nos seus processos, mais permeáveis ao seu ingresso, oportunidade relevante para construir espaços de maior equilíbrio com os homens, tanto do ponto de vista das remunerações quanto das condições gerais de trabalho, que tendem a reservar maiores possibilidades de ascensão na carreira. Algo ainda distante do setor privado que, mesmo assimilando cada vez mais mulheres em cargos de diretoria, concentram grande parte das experiências de trabalho marcadas por baixos rendimentos e condições precárias, que tendem a se ampliar conforme a região, menor nível escolar e a cor das trabalhadoras, visto que mulheres negras com menor escolaridade concentram os piores salários e convivem mais diretamente com os dissabores da informalidade e do trabalho do tipo flexível, que, atualmente, segundo a pesquisadora Helena Hirata (2009, p. 92), apesar do caráter polissêmico do termo “remete mais imediatamente do que no passado à questão da flexibilização das relações de trabalho e do tempo de trabalho, e à questão mais global da precarização¹¹ social induzida pela emergência de novos modelos produtivos”.

Uma realidade de precarização visível, entre tantas categorias, no caso das teleoperadoras de telemarketing, que lidam com extensas jornadas e condições precárias,

⁹ Segundo Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho pode ser definida como a forma de divisão do trabalho social resultante das relações sociais de sexo e que possui como princípios organizadores a separação e a hierarquização das atividades, onde em geral alguns trabalhos são definidos como masculinos e outros femininos, assim como o fato dos trabalhos reconhecidos como de “homem” são carregados de maior valor social e financeiro. Assim, a divisão sexual do trabalho pode ser compreendida como expressão das relações de poder entre os sexos, de modo que de acordo com a autora (2009, p. 71) “as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema”.

¹⁰ Kergoat (2009, p. 70) esclarece que o trabalho doméstico, inicialmente objeto de um número expressivo de estudos, foi de forma bastante rara analisado, sendo por sua vez de modo recorrente tratado como “dupla jornada”, “acumulação” ou “conciliação de tarefas”, “como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado”.

¹¹ A precarização pode ser compreendida como um processo relacional de perda de direitos na esfera do trabalho e que se define a partir da comparação com um período histórico. Assim, conforme Leite (2009, p. 03), a precarização diz respeito “à ideia de deteriorização, de degeneração, ou seja, de perda de direitos associados ao trabalho, de conquistas anteriormente observadas”.

as de trabalho e, em muitos casos, sofrem com sérios problemas físicos e psicológicos, segundo evidenciou a pesquisa de Nogueira (2009). De acordo com a autora, as novas formas de organização do trabalho, que priorizam o cumprimento de metas, intensificação do ritmo da jornada, salários baixos e realização de tarefas monótonas e repetitivas, têm, através da precarização das condições de produção, sido causa importante de violência para os trabalhadores e trabalhadoras.

Quando concentrada na análise das condições enfrentadas pelas mulheres militares, a realidade expressa processos semelhantes aos enfrentados por outras mulheres integradas às carreiras do serviço público. De forma geral, os obstáculos enfrentados revelam a existência de práticas de segregação que, entretanto, mostram-se mais perversas na esfera militar, na medida em que, diferente das carreiras civis, as corporações militares impedem através da fixação de cotas¹² de ingresso o aumento do efetivo feminino em seus quadros, segundo revelam os principais estudos da área feitos no país.

3 Mulheres em organizações militares: avanços e impasses de um ingresso condicionado

As pesquisas sobre a participação feminina em corporações militares e policiais militares no Brasil constituem, de forma geral, um campo recente de análise. Com produção ainda bastante reduzida, sobretudo quando considerado o tempo passado das primeiras experiências de inserção de mulheres e o número de corporações militares no país, reunidas as unidades das Forças Armadas, das polícias e corpos de bombeiros militares, apenas na última década surgiram os primeiros debates acadêmicos sobre as instituições militares focados na perspectiva de gênero.

É possível afirmar que mesmo os estudos acadêmicos mais gerais sobre as instituições militares brasileiras não forjaram no Brasil ainda uma tradição, de modo que são poucos os pesquisadores que se ocuparam em analisar as lógicas de funcionamento interno, os rituais, as sociabilidades comuns nesses espaços e as representações de seus membros. Castro, Izecksohn e Kraay (2004, p. 13), no capítulo introdutório de “Nova História Militar Brasileira”, destacam neste sentido que a história militar acadê-

¹² As cotas nos processos de seleção para ingresso e promoções internas giram em torno de 20% nas corporações militares. Uma exceção é a Polícia Militar do Estado de São Paulo que retirou recentemente, para o ingresso na carreira de Oficial, a fixação de número de vagas para o ingresso segundo o sexo dos candidatos. Das 90 vagas oferecidas para ingresso no Curso de Formação de Oficial na Academia do Barro Branco em 2012, o edital não fixa limite para o ingresso de candidatos do sexo feminino, como era comum nos concursos anteriores. No concurso 2011, por exemplo, das 90 vagas oferecidas 30 eram reservadas para mulheres e 60 para candidatos do sexo masculino. No processo seletivo de 2009, das 50 vagas, 35 eram para candidatos do Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e 15 para o Quadro de Oficiais de Polícia Feminina (QOPF). Neste ano, o governador Geraldo Alckmin assinou projeto de unificação dos quadros masculino e feminino, uma antiga reivindicação do público feminino que, a despeito em muitas ocasiões de obter melhores notas nos concursos internos para progressão na carreira eram prejudicadas pela fixação de número bastante inferior de vagas para promoção das policiais femininas em comparação com o número de vagas reservadas para os homens. O Projeto de Lei Complementar 34/2011, foi aprovado no dia 1º de junho deste ano e dispõe sobre o efetivo e a organização da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Com a aprovação desse projeto foram extintos o quadro feminino e o quadro masculino. No lugar, foram criados o Quadro de Oficiais Policiais Militares (QOPM) e o Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM). De acordo com o secretário da Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, “aqueles quadros diferenciados específicos para as mulheres, se antes eram necessários, atualmente não o são, em razão das mudanças da sociedade que levaram as policiais femininas a se fazerem presentes em todas as modalidades de atividades desenvolvidas pela corporação”. Fonte: <http://elegir.com.br/integracao-dos-quadros-da-policia-militar-e-aprovada-em-plenario>, página consultada em 15 de junho de 2011. Destaque-se que embora tenha ocorrido a unificação dos quadros feminino e masculino na instituição, não há indicação da retirada da limitação quanto ao ingresso de mulheres nos concursos para soldado. No caso das polícias militares, segundo levantamento feito por Soares e Musumeci (2004), o efetivo feminino não passava 7% do total, sendo em 2003 322.274 homens que trabalhavam no serviço ativo nas polícias militares contra 24.315 mulheres. Em alguns casos, como as PM's da Bahia, Amapá e Pará, o número de mulheres ultrapassava os 10%, sendo, 12,1; 11,1 e 13,4%, respectivamente.

mica no Brasil possui, em razão principalmente da relação tensa entre os pesquisadores universitários e os militares, uma experiência marcada por dificuldades. Classificada como “difícil”, a trajetória dos estudos históricos sobre a vida militar expressa, em linhas gerais, o peso negativo deixado pela lembrança amarga dos anos de chumbo, assinalados pela presença opressiva dos militares no poder, visto que “a expansão das universidades e o fortalecimento da história como profissão (a partir da segunda metade do século XX) coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e, acima de tudo, com o regime militar de 1964-85, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas” (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 13).

Apenas com o aprofundamento do processo de redemocratização iniciado nos anos 1980 que as corporações militares, destacadamente o Exército e as polícias militares, salvo alguns importantes estudos, deixaram a condição de objeto quase exclusivo de críticas indignadas nos estudos de pesquisadores, sobretudo das ciências humanas e sociais, por ações de evidente desrespeito aos direitos humanos pós-golpe de 1964, e passaram a constituir um campo de análise concentrado na compreensão das estruturas internas, aspectos organizacionais, sociabilidades dos seus agentes e com sinais de crescimento do interesse de pesquisadores e do público em geral.

O aumento de interesse pela área mantém relação, sobretudo, com o amadurecimento democrático no país e consequente afastamento da possibilidade de retorno dos militares ao comando do governo. Do mesmo modo, o interesse cresceu em razão da influência bastante positiva nos novos estudos da história social e da antropologia, que contribuíram para suscitar novos olhares sobre a vida na caserna, a exemplo de discussões sobre a origem social, as formas de sociabilidade, o peso da hierar-

quia para as relações estabelecidas pelo público militar e as questões relativas às representações de gênero nos quartéis (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004).

Dentre os trabalhos centrados na análise do universo militar, suas estruturas internas, rituais e tradição, destacam-se as pesquisas dos antropólogos Celso Castro (1990) e Piero Camargo Leiner (1997). Preocupadas em analisar os fundamentos sociais e simbólicos do mundo militar, as pesquisas se mostraram inicialmente distantes da perspectiva de gênero, um aspecto até pouco tempo desconhecido e aparentemente pouco relevante para os pesquisadores da área.

O silêncio sobre a presença feminina em corporações militares no país, entretanto, foi rompido, em certa medida, em trabalhos mais recentes. Destacam-se, nesse campo, as pesquisas coordenadas no Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas, assim como pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas a respeito dos processos de feminização nas Forças Armadas, que analisou precisamente o processo de inserção profissional de mulheres na Marinha do Brasil, enquanto experiência pioneira no país.

Nesse contexto, importante pesquisa foi desenvolvida por Maria Celina D’Araujo (2004) a respeito do processo de incorporação de mulheres e as possibilidades de ampliação de acesso de homossexuais às Forças Armadas do Brasil. A autora afirma que a incorporação de mulheres e homossexuais é percebida no interior das Forças Armadas de modos bastante diferentes. Enquanto as mulheres são consideradas geralmente despreparadas para as funções militares em razão de sua fraqueza física e pela possibilidade, em um contexto de guerra, de virem a despertar o sentimento de proteção dos homens e a tornarem o embate mais sangrento, os homossexuais são encarados como uma ameaça à tranquilidade da tropa, representando riscos maiores à instituição militar e aos valores morais da ca-

serna, frente à possibilidade de assediarem sexualmente seus companheiros de farda.

No caso das mulheres, D'Araujo (2004, p. 456) ressalta que elas, apesar dos obstáculos na carreira e das discriminações sofridas, foram assimiladas positivamente no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. Uma assimilação, contudo, que impôs condições desde o início, por meio da fixação de cotas máximas de ingresso e espaços prioritários para emprego do efetivo feminino, como os setores administrativos e as áreas de ensino e saúde, distantes física e simbolicamente das ruas e dos palcos de conflito e que se baseia na ideia de menor força física e de serem as mulheres fator de desagregação interna, na medida em que, segundo os militares, “a morte de mulheres em combate seria uma desmoralização para os soldados e que a presença delas no palco de guerra prejudicaria o desempenho deles”.

O relatório e artigo de Lombardi (2009a, 2009b), por sua vez, analisam a intersecção entre a modernização institucional e a feminização ocorridas na Marinha brasileira. Recorrendo a outras experiências internacionais de feminização das FFAA para explicar o caso brasileiro, a autora aborda o lento processo de assimilação das mulheres à Marinha do Brasil através das representações de homens e mulheres da instituição, que reconhecem, de modo geral, como positivo o ingresso feminino. De acordo com Lombardi (2009b, p. 23), militares de ambos os sexos reconhecem que as mulheres contribuem profissionalmente para o bom andamento da instituição, assim como compartilham a impressão de que elas ajudaram a ‘humanizar’ a Marinha, favorecendo relações de respeito internamente, “o que inclui um linguajar menos duro e comportamentos menos autoritários quando há mulheres presentes”.

Contudo, se a realidade atual da Marinha brasileira evidencia a existência de relações de modo geral “tranquilas” entre homens e mulheres na corporação isso não

quer dizer que ela esteja livre de conflitos e tensões relacionadas aos limites impostos à presença feminina na estrutura da corporação e expressas de forma mais clara na falta de infraestrutura necessária para receber o público feminino após quase três décadas do ingresso das primeiras mulheres na instituição, assim com na permanência de cotas de ingresso e da reserva de funções exclusivas para os homens, como destacou Lombardi (2009a, p. 48),

Aquelas carreiras que conduzem a trabalhos na Armada – considerada a ‘razão de ser da Marinha’ –, nos Fuzileiros Navais e na Intendência, seja no nível de Oficiais ou de Praças, exige que os candidatos sejam do sexo masculino. Ser do sexo masculino é também pré-condição para se integrar nos Quadros de Oficiais Capelães Navais, Auxiliar de Armada e dos Fuzileiros Navais.

Como esclarece Lombardi (2009a), existe, na Marinha, um processo que toma como critério para estabelecer a diferença entre os seus membros a formação realizada no Colégio e nas Escolas Navais, de onde saem aqueles que ocuparão os altos cargos de comando da corporação. Uma formação exclusiva para indivíduos do sexo masculino e que reserva uma posição inferior na estrutura hierárquica da corporação aos homens e mulheres que realizaram sua formação em instituições civis de ensino.

Na esfera policial militar, podem ser citadas o trabalho pioneiro de Leonarda Soares e Bárbara Musumeci (2005), intitulado “Mulheres policiais: presença feminina na PM do Rio de Janeiro” e a dissertação de mestrado de Márcia Calazans (2003), defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que discute o processo subjetivo de constituição da identidade policial feminina, de modo a revelar o papel da violência presente na cultura policial militar como elemento estratégico nesse processo. Calazans (2003) afirma que, em

razão de ser a polícia militar uma instituição na qual sobressaem os aspectos militares na formação dos seus agentes e na definição de suas estruturas internas, secularmente os valores associados ao mundo dos homens são considerados arquétipos referenciais no desempenho das atividades profissionais. Tal fato faz com que a identidade das mulheres policiais e o processo de feminização da carreira se manifestem através da presença feminina em locais e atividades carregadas de menor prestígio na instituição, quando as mulheres não enfrentam demonstrações claras de resistência nos espaços hegemonicamente masculinos.

No que se refere ao primeiro trabalho, resultado de pesquisa¹³ ampla que buscou realizar um levantamento inédito sobre o efetivo feminino das polícias militares de todos os estados brasileiros, constituindo um perfil de gênero dessas corporações, a dificuldade de obter dados sobre o efetivo feminino deixou-a incompleta. Algumas das polícias estaduais, dentre elas as de Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Sergipe, não enviaram os dados solicitados em virtude da inexistência de dados estatísticos internos a respeito de gênero, apesar de passadas mais de duas décadas, em média, desde a inserção das primeiras mulheres nas fileiras policiais no país.

Um aspecto ao mesmo tempo emblemático da invisibilidade a elas reservada nas polícias brasileiras, que além do objetivo de constituir um efetivo capaz de lidar com novas demandas, como crianças abandonadas e o envolvimento de mulheres e adolescentes com o crime, não conseguiu proporcionar uma assimilação plena do efetivo feminino para além do interesse de reformular sua imagem, bastante desgastada

pelo envolvimento com o regime militar (MUSUMECI; SOARES, 2004).

Segundo Musumeci e Soares (2004, p. 02), esse fato revela ainda a ausência de modo geral de uma cultura institucional que valorize a informação e, de forma específica, mostre-se preocupada com um planejamento racional de incorporação de mulheres, bem como da existência de qualquer iniciativa de avaliação a respeito do impacto produzido pela inserção do efetivo feminino nesses espaços e nas ações de segurança. Um problema que, embora alguns estados tenham buscado resolver com projetos de modernização e informatização dos dados, produz consequências graves sobre as ações de controle da criminalidade e da violência, ao mesmo tempo em que expressa a prevalência de uma cultura policial que reserva um lugar de destaque ao uso da

força bruta em detrimento da inteligência investigativa e dá muito pouca importância ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações na área da segurança pública. Isso se reflete na subutilização dos dados gerados pelos atendimentos cotidianos, na desvalorização da informação como base para a atividade policial e até mesmo na precariedade do conhecimento sobre os recursos humanos com que contam as corporações.

O conjunto dos dados enviados pelas polícias estaduais possibilita afirmar que as mulheres ainda estão, na maioria das corporações policiais militares, distantes dos cargos estratégicos de comando, apontando, assim, para a existência de um panorama no qual o efetivo feminino possui uma reduzida participação na formulação de políticas internas e da tomada de decisões.

¹³ A pesquisa em questão, intitulada "Mulheres policiais: impacto da presença feminina nos quadros das policiais militares", foi coordenada pelas autoras através do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, vinculado à Universidade Cândido Mendes, em parceria com a Universidade de Brasília e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa teve o apoio da Fundação Ford, resultando em algumas publicações, dentre elas o relatório publicado no Boletim Segurança e Cidadania do CESEC com o título "Polícia e Gênero: Presença Feminina nas PMs brasileiras" (Ano 2, número 04, abril de 2004) e o livro "Mulheres policiais: presença feminina na PM do Rio de Janeiro", publicado em 2005, pela editora Civilização Brasileira.

Em razão de terem ingressado há menos tempo na instituição, muitas das oficiais não completaram todo o percurso na carreira. Porém, o fato de serem mulheres tem se apresentado como motivo para maiores obstáculos, tornando o processo de ascensão mais difícil e lento. Em média com maior escolaridade que os homens, as mulheres policiais apresentam uma realidade comum a outras profissões: no quesito tempo de formação, elas têm superado sistematicamente o público masculino. A pesquisa traz dados também a respeito da composição racial das corporações policiais militares no país, evidenciando que enquanto as praças apresentam um perfil racial bastante próximo da população adulta total, no círculo de oficiais, o número de pretos(as) e pardos(as) é bastante sub-representado (MUSUMECI; SOARES, 2004).

Em relação às funções desempenhadas, a pesquisa revela que, no início, empregadas em funções de policiamento de trânsito, setores administrativos, abordagem de mulheres e adolescentes, com o tempo elas diversificaram suas formas de inserção nas corporações, assumindo outras responsabilidades. Segundo Musumeci e Soares (2004), no ano de 2003, mais de 70% das mulheres policiais atuavam em unidades operacionais, sendo que o número proporcional de oficiais femininas na atividade-meio era superior ao dos homens, enquanto o percentual de praças empregadas em atividades-fim era bastante próximo ao dos policiais masculinos.¹⁴

Quando tomados em conjunto, os dados sobre as PM's mostram que, do ponto de vista da distribuição das mulheres por círculos hierárquicos, assim como a sua distribuição entre atividades-meio e fim, não existe uma grande distância do efetivo mas-

culino. Embora elas se concentrem proporcionalmente mais entre o círculo dos oficiais em comparação com os homens e existam casos como da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em que 40% do efetivo feminino estão concentrados no oficialato, o número de homens nesse segmento chega a 7%. De acordo com Musumeci e Soares (2004, p. 04),

O relatório da pesquisa sobre o Rio de Janeiro sugere que a desproporcionada parcela de oficiais femininas naquele estado pode ter relação com a política local de confinamento das PMFem às atividades internas, derivando em menor interesse institucional pela absorção de mulheres praças.

No que tange à ausência dos dados sobre a PM de Sergipe, pesquisa realizada entre 2008-2009 na instituição (SOUZA, 2009), a respeito da presença feminina na corporação e, de modo específico, a respeito das representações sociais sobre o emprego de mulheres nas atividades policiais, revelou que as mulheres são percebidas internamente na instituição como uma “ameaça” à identidade policial, consideradas frágeis fisicamente e, ao mesmo tempo, tecnicamente despreparadas para o exercício da atividade policial, que continua no imaginário social alicerçada em valores masculinos, como exposição ao risco e uso da força física. Valores, portanto, bastante semelhantes aos cultuados pelos militares das Forças Armadas e que, em geral, se veem guiados por um *ethos* que, com frequência, identifica a esfera da segurança pública como campo de “guerra” e aqueles que desafiam a lei e a ordem, “inimigos” que precisam ser combatidos. Ainda que resistentes, contribuem para uma realidade assinalada por uma frágil identidade de gênero

¹⁴ A atividade-fim nas polícias militares é aquela definida no atual texto constitucional e que se refere à missão de realizar o policiamento ostensivo. Já a atividade-meio se relaciona ao trabalho interno nessas instituições de planejamento e que possuem caráter administrativo, burocrático. No caso das corporações militares é bastante comum a maior concentração do efetivo feminino na atividade-meio, revelando uma preocupação de certo modo difusa nesses espaços que visa “proteger” as mulheres nos serviços internos contra os “perigos” das ruas.

Pesquisas como as de Sousa e Santiago (2007) e de Andréa Schactae (2004), buscaram, a partir de uma perspectiva histórica, analisar, respectivamente, a inserção feminina na Polícia Militar de Minas Gerais e na Polícia Militar do Paraná, trazendo dados interessantes sobre a história e o cotidiano das mulheres policiais, bem como os usos da imagem feminina por essas corporações para expressar uma face maternal da ditadura militar. Nesse campo, destaca-se o estudo de Moreira e Wolf (2009) sobre o processo de construção da imagem da policial feminina a partir da análise dos contextos das policiais militares de São Paulo e do Paraná. As autoras mostram como as expectativas de papéis associadas ao feminino foram utilizadas para difundir uma dimensão mais humana e “maternal” dessas corporações, até então apenas compostas por homens.

No conjunto, os trabalhos, apesar de destacarem os avanços apresentados desde o ingresso das primeiras mulheres nessas corporações informam que o ingresso e a presença feminina sofrem condicionamentos quanto ao número de mulheres que podem ingressar nessas instituições, assim como as limitações quanto à presença em espaços operacionais e cargos de maior prestígio e poder, o que implicado na reprodução de desigualdades. Em algumas delas, as mulheres não ocupam os postos mais altos da hierarquia e, em outras, o acesso a algumas atividades e unidades é “vetado”, sob o argumento difuso em torno da baixa capacidade feminina de resistir aos rigores dos treinamentos e pela “tradição”, que reservaria apenas aos homens o “direito” de integrar grupos “combatentes”.

Desse modo, a presença e assimilação de mulheres ao efetivo das diferentes corporações militares é um fenômeno novo e que tem merecido, nos últimos anos, uma crescente atenção de pesquisadores das ciências humanas e sociais. Como um campo em construção no Brasil, as perguntas são

diversas e as respostas para questões importantes a respeito do perfil das mulheres que integram essas corporações, dos sentidos que orientam a inserção nesses espaços e de como se desenvolve a experiências dessas mulheres nesses espaços hegemonicamente masculinos são ainda parciais. É importante, sobretudo, esclarecer a respeito da possível contribuição que o ingresso feminino teria para uma nova concepção social do papel e atuação dessas instituições, assim como para a configuração da identidade profissional desses agentes. Afinal, quais mudanças teriam o ingresso feminino provocado na dinâmica dessas corporações e nas concepções sociais acerca do trabalho militar ou policial militar? De que modo a presença e a concorrência simbólica entre mulheres e homens afetam o cotidiano desses espaços e a sua própria subjetividade? Pode-se afirmar que ao mudarem esses espaços de trabalho as mulheres mudam com eles, cabendo as pesquisas esclarecerem a amplitude e natureza dessas transformações.

4 Considerações finais

A importância do desenvolvimento de análises sobre as corporações militares no Brasil, a partir da perspectiva de gênero, concentra-se, inegavelmente, na possibilidade de compreender de modo claro as condições de inserção, mobilidade interna e emprego dos seus efetivos, observando as diferenças operadas segundo o sexo dos agentes nela inseridos.

Dentre as oportunidades de análise na área, destaca-se a importância de entender como homens e mulheres, sejam das Forças Armadas, sejam das policiais militares e corpos de bombeiros militares, vivenciam a estrutura dessas organizações, constituem redes sociais internamente e lidam com a presença feminina no cotidiano profissional. Como questão não menos importante, interessa saber como os militares moldam suas experiências pessoais e pro-

fissionais nesses espaços e, no caso das mulheres, ampliam, por meio de diferentes instrumentos e frente a obstáculos diversos, seu lugar em contextos majoritariamente masculinos marcados, por vezes, por discursos contraditórios.¹⁵ Um aspecto fundamental a ser explorado está em compreender como se expressam, por meio dos discursos e/ou ações, as relações de força entre homens e mulheres nesses espaços de trabalho.¹⁶

Conforme apresentado, tendo que lidar com um tipo de assimilação condicionada por restrições presentes na legislação quanto à fixação de percentual máximo para ingresso nesses espaços, além de outras restrições informais que repercutem em sua experiência profissional, o cotidiano de trabalho do público feminino na caserna é marcado por diferentes tipos de limitação, sejam aquelas relacionadas à ausência de instalações físicas adequadas para integrá-las às atividades inerentes à profissão, sejam as que se vinculam às representações comuns no universo militar e que costumam valorizar quase que exclusivamente os “atributos” masculinos relacionados à força e ao enfrentamento constante ao risco. Elementos que orientam as práticas nessas instituições e que delinham a experiência dessas mulheres como uma vivência constante de exclusão, cujos reflexos agem de forma acentuada sobre a sua subjetividade profissional e sobre o seu destino nessas corporações, sobretudo quando indiretamente contribuem para a hierarquização de gênero e para um modelo que, visto sob a ótica hegemônica masculina, é decisivo para

a manutenção de desigualdades e, no caso das Polícias Militares, para a permanência do aspecto brutal das ações policiais.

Um aspecto revelador nesse processo é que, passadas mais de três décadas¹⁷ da primeira experiência de ingresso de mulheres em instituições militares, de modo geral se mantém a insistência dos comandos das diferentes instituições na permanência de cotas que limitam o acesso das mulheres e que impedem a ampliação do efetivo feminino. Uma escolha que aposta no caráter “cosmético” e instrumental da presença feminina nesses espaços profissionais como símbolos de modernização e coerência com o modelo democrático, ainda que, de modo contínuo, as mulheres atuem pela alteração dessa realidade, tanto abandonando o lugar ornamental até então a elas reservado nas corporações quanto rompendo com a invisibilidade social ao se tornarem cada vez frequentes nas ações ostensivas e nos setores estratégicos dessas corporações.

Os entraves existentes, embora mantenham relação direta com a posição assumida pelos comandos dessas corporações, expressam posições mais amplas da sociedade e do lugar ocupado pelas mulheres no imaginário social, que costuma, no caso do Brasil, ainda associar o feminino ao mundo privado e, portanto, distante da esfera do trabalho. O que torna a observação de D’Araújo (2004, p. 440) ao tratar dos aspectos sociais para assimilação de mulheres às Forças Armadas, carregada de bastante coerência, pois, segundo ressalta a autora, a incorporação das mulheres “só pode ser de-

¹⁵ As instituições, sobretudo policiais, transitam com frequência entre o discurso dos especialistas que, de modo geral, destacam que a maior presença de mulheres no trabalho policial resulta na maior qualificação dos serviços (SOARES, 2006) e o discurso interno, que tende a relacionar o aumento da participação feminina nas atividades policiais à perda de autoridade da polícia frente aos criminosos, em razão da suposta “fragilidade” do sexo feminino e que o tornaria incapaz de reagir “adequadamente” aos desafios da profissão. A existência dessas duas posições bastante opostas serve para expressar em certa medida um dos principais dilemas vivenciados contemporaneamente pelas polícias e que diz respeito ao desafio de incorporar os preceitos democráticos a uma ordem interna e práticas de atuação forjadas durante longo período autoritário. Se alguns setores visualizam o ajustamento da polícia ao Estado de direito, os setores mais conservadores desses órgãos enxergam na assimilação dos valores democráticos a perda de prestígio e poder das instituições policiais e descaracterização de seu trabalho. Assim, o aumento da participação feminina parece de algum modo ser a “ameaça” da própria democracia “invadindo” o campo policial.

¹⁶ O gênero, que discursivamente expressa as diferenças entre os sexos, manifesta-se no campo do trabalho por meio de relações hierárquicas de poder que definem carreiras, profissões, processo de ascensão diferenciados para homens e mulheres. Conforme Lobo (1992, p. 262), “a relação de trabalho, como relação social, traz embutida uma relação de poder entre os sexos”.

¹⁷ Como destaquei anteriormente, a exceção foi a Polícia Feminina, criada em 1955 no estado de São Paulo.

vidamente considerada quando as sociedades estabelecem para si que a liberdade de escolha e a igualdade de direitos são parte inviolável da soberania individual, ou seja, quando os princípios de igualdade e democracia se tornam a gramática da política”.

Assim, refletir sobre o papel e as mudanças provocadas pela presença feminina em corporações militares, a exemplo da sua forma de organização e atuação, permite compreender a especificidade que o trabalho das mulheres pode assumir, no caso das polícias militares, para alteração do quadro de insegurança. Mostra-se importante, inclusive, construir um debate sobre os sentidos associados às proposições em torno do desenvolvimento e ampliação de políticas públicas que visam estimular, por exemplo, um maior contato com o público através de estratégias de aproximação do efetivo feminino dessas corporações com os jovens e com as comunidades, maiores vítimas da violência e da criminalidade no país, como parece ser um elemento comum nas estratégias,¹⁸ sobretudo midiáticas, relacionadas à implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro. Buscar o entendimento dessas diferenças, como elas se estruturam e são difundidas é algo importante e que implica reconhecer que “sujeitos de identidades plurais, homens e mulheres exercitam o poder de distintas formas, em relações que combinam operações de convencimento, resistência, cumplicidade, submetimento” (LOURO, 2002, p. 233).

Analisar, portanto, a riqueza da presença e atuação das mulheres nesse cenário, marcado por intensas transformações, consiste mais que um convite sedutor, configura-se um importante desafio aberto aos

profissionais das Ciências Humanas, especialmente àqueles dedicados à sociologia do trabalho e da antropologia das organizações.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ângela; FERREIRA, Verônica Clemente. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 309-346.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2008. p. 45-87.

CALAZANS, Marcia Esteves. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2003. 123f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: ____ (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 11-42.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

¹⁸ De modo frequente, as ações de retomada de territórios controlados por grupos criminosos no Rio de Janeiro, marcadas por estratégias de guerra, com uso de armamentos pesados e veículos blindados, costumam ser sucedidas pela instalação das UPPs, que visam aproximar a população dessas comunidades do trabalho policial e, assim, permitir o desenvolvimento de políticas públicas. Assim, há uma transição de um primeiro momento de “guerra” para um segundo, no qual se sobressai o discurso do “cuidado” e que tende a ser associado às imagens, respectivamente, em torno do masculino e feminino. Uma posição que alimenta expectativas de papéis e que tende a essencializar características, demarcando o que seriam comportamentos próprios a homens e mulheres, ou seja, aos primeiros o “enfrentamento”, o uso da “força”, a “guerra”; e às mulheres o “cuidado”, a “educação”, a dimensão “comunitária” da polícia. Para uma reflexão sobre o processo de “pacificação” de territórios controlados por grupos criminosos no Rio de Janeiro, ver: Misse (2011).

D'ARAUJO, Maria Celina. Mulheres, homossexuais e Forças Armadas no Brasil. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 439-459.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 439-487.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2008. p. 89-108.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 67-68.

LEITE, Marcia. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: LEITE, Marcia de Paula; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2009a. p. 67-94.

LEITE, Marcia de Paula. **O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo**. In: Workshop "A informalidade revisitada: das origens às novas abordagens". ABET, Universidade Federal de Campina Grande, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2009b.

LEINER, Piero Camargo. **Meia volta voltar: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA, Tânia Andrade. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 5. p. 93-127, jan./dez. 1997.

LOBO, Elizabeth Souza. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/FCC, 1992. p. 252-265.

LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina. **As mulheres nas Forças Armadas brasileira: a Marinha do Brasil**. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

LOMBARDI, Maria Rosa. Feminização, reestruturação e profissionalização em redutos tradicionalmente masculinos: as Forças Armadas e a Marinha do Brasil. In: TORNQUIST, Carmem S.; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara C. S.; LISBOA, Teresa Kleba (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 205-239. v. 2.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: questões para a Educação. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G (Org.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. p. 225-242.

MELO, Hildete Pereira de. Invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada – notas preliminares. In: TORNQUIST, Carmem S.; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara C.S.; LISBOA, Teresa Kleba (Org.) **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. V. II, Florianópolis: Mulheres, 2009. p. 165-184. MISSE, Michel. **Os rearranjos de poder no Rio de Janeiro**. Le Monde Diplomatique Brasil, n. 48, jul. 2011. Dis-

ponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=959>>. Acesso em: 29 jul. 2011.

MOREIRA, Rosemeri; WOLFF, Cristina Scheibe. A ditadura militar e a face maternal da repressão. **Revista Espaço Plural**, Ano X, n. 21, p. 56-65, 2009.

MUSUMECI, Leonarda; SOARES, Barbara. Polícia e gênero: presença feminina nas Pms brasileiras. **Boletim Segurança e Cidadania**, CESEC, Ano 02, n. 04, abr. 2004.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP; CEDEPLAR/UFMG; São Paulo: Ed 34, 2000. p. 171-186.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. Trabalho e violência: o caso das teleoperadoras. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2008. p. 185-203.

PINTO, Céli. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Perseu Abramo, 2003.

SCHACTAE, A. M. Representações: a Polícia Militar Feminina no Paraná (1979-1984). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 111-126, 2004.

SOARES, Barbara; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; CESEC, 2005.

SOUSA, Camila Similhama Oliveira de; SANTIAGO, Carla Ferretti. O processo de inclusão da mulher como profissional de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais. **Caderno Espaço Feminino**, v. 18, n. 2, p. 143-155, ago./dez. 2007.

SOUZA, Marcos Santana de. “**Elas não servem pra guerra**”: presença feminina e representações sociais de gênero na Polícia Militar de Sergipe. 2009. 125f. Monografia (Especialização em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas)–Universidade Federal de Sergipe, Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, São Cristóvão, 2009.